

Caixas de crédito agrícola mútuo

Distritos	Número total
Aveiro	15
Beja	12
Braga	13
Bragança	8
Castelo Branco	4
Coimbra	6
Évora	15
Faro	18
Guarda	9
Leiria	11
Lisboa	12
Portalegre	14
Porto	8
Santarém	16
Setúbal	6
Viana do Castelo	10
Vila Real	12
Viseu	21
Angra do Heroísmo	5
Horta	1
Ponta Delgada	4
Total	220

Decreto-Lei n.º 183/87

de 21 de Abril

O Decreto-Lei n.º 342/85, de 22 de Agosto, introduziu no sistema fiscal português, para vigorar a partir da entrada em vigor do imposto sobre o valor acrescentado, o imposto especial sobre o consumo de bebidas alcoólicas, cuja incidência correspondia exactamente aos produtos constantes da lista IV anexa ao Código do Imposto de Transacções. Prevvia-se a aplicação de duas taxas específicas, diferentes conforme o tipo de bebidas em causa.

A Lei n.º 3/86, de 7 de Fevereiro, estendeu o campo de incidência do imposto a todas as bebidas alcoólicas constantes da lista III anexa ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, tributadas, portanto, à taxa agravada de 30 % em IVA. Pretendeu-se assim conformar totalmente o imposto com o determinado no artigo 95.º do Tratado de Roma, através do qual se tem em vista evitar qualquer tributação de produtos de um país que seja discriminatória relativamente a produtos similares de outros Estados membros.

Simplesmente, as diferentes características dos produtos abrangidos pelo imposto revelam que se não está, em todos os casos, perante produtos similares, mas que, antes pelo contrário, se trata, em alguns deles, de bebidas que satisfazem diferentes gostos e necessidades e podem, consequentemente, ser tributadas de modo diverso.

Por outro lado, em alguns casos, os produtos tributados são bebidas populares e muito baratas, que não suportam, de modo algum, tributação idêntica à das bebidas de preço elevado; é o caso das aguardentes víquicas velhas ou preparadas, do brande e dos licores, cujas taxas são modificadas pelo presente diploma.

Assim:

No uso da autorização legislativa conferida pela alínea a) do artigo 52.º da Lei n.º 49/86, de 31 de Dezembro, o Governo decreta, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo único. O artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 342/85, de 22 de Agosto, passa a ter a seguinte redacção:

Art. 2.º — 1 —

2 — As taxas a aplicar por litro de álcool puro são fixadas em 350\$ para as bebidas referidas nas alíneas b), c), e), f), h) e i) do artigo anterior e em 100\$ para as referidas nas alíneas a), d) e g).

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 5 de Março de 1987. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe*.

Promulgado em 7 de Abril de 1987.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 8 de Abril de 1987.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Decreto-Lei n.º 184/87

de 21 de Abril

1. A publicação da legislação penal e de mera ordenação social sobre comportamentos ilícitos que materialmente se inscrevem no âmbito das actividades próprias das sociedades comerciais decorre da ampla reforma centrada no Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Escalonou-se o processo legislativo em duas fases distintas. Disse a primeira respeito à legislação comercial primária, fundamentalmente integrada no Código. Tem a segunda a ver com a legislação penal e de mera ordenação social, agora publicada, e com alguma legislação de carácter adjectivo, em curso de preparação.

2. Não se pode dizer que seja nova, ou sequer recente, a necessidade de editar normas penais sobre matéria da vida das sociedades comerciais. É, no entanto, nova a expressão dessa necessidade. Tradicionalmente, as questões penais postas pelas actividades comerciais eram objecto de tratamento nos quadros genéricos do direito penal, por aplicação de normas sobre tipos clássicos de crime, como a burla, a infidelidade, a falsificação, o abuso de confiança. No que fosse tão específico da vida mercantil que extravasasse declaradamente da regulamentação do direito punitivo geral recorria o legislador a disposições de âmbito muito limitado, como as referentes à falência fraudu-